

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas da demonstração do valor adicionado-DVA, a qual consideramos importantes para divulgar o desempenho. **Mensagem da Administração:** O Parque Bondinho Pão de Açúcar vai além de oferecer uma das mais belas vistas do Brasil. Sua missão é transportar visitantes para um universo de encantamento, lazer e entretenimento, proporcionando experiências memoráveis, sustentáveis e alinhadas à valorização da cultura brasileira. Com investimentos contínuos em segurança, conforto e inovação, o empreendimento consolidou-se como um verdadeiro monumento em movimento, unindo natureza e engenharia em perfeita harmonia. Desde sua origem, marcada por uma visão pioneira de conectar pessoas a um dos mais emblemáticos cenários naturais do país, o Parque representa o resultado da integração entre o trabalho humano e a grandiosidade da paisagem carioca. O Pão de Açúcar constitui, simultaneamente, um marco natural, geológico, histórico e turístico da cidade do Rio de Janeiro. Natural, por servir como referência aos navegadores que chegam à Baía de Guanabara; geológico, por integrar um sítio de relevância científica para a compreensão da formação do planeta; histórico, por situar-se na região onde Estácio de Sá fundou, em 1º de março de 1565, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; e turístico, pois a inauguração do teleférico projetou internacionalmente a imagem do Brasil como destino turístico. O Bondinho do Pão de Açúcar foi o primeiro teleférico instalado no Brasil e o terceiro no mundo, mantendo-se até hoje como o teleférico em operação contínua mais antigo do planeta, preservando sua relevância histórica ao mesmo tempo em que evolui para oferecer experiências cada vez mais inovadoras e sustentáveis aos visitantes. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança (ASG) estão integradas às ações do Parque Bondinho. Como reflexo desse compromisso, a operação do Parque Bondinho é certificada pelos padrões globais do Sistema B, possuímos o selo Great Place to Work (GPTW), que reconhece a empresa como um excelente ambiente de trabalho, e somos signatários do Pacto Global da ONU. No eixo ambiental, temos diretrizes internas negociáveis e metas atreladas a temas ambientais investidos em projetos de reflorestamento e conservação de áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. No âmbito social, atuamos na gestão de projetos internos voltados ao bem-estar, desenvolvimento, capacitação, diversidade e inclusão, bem como à promoção da saúde de nossos colaboradores. Externamente, realizamos o monitoramento e a escuta ativa de nossas partes interessadas por meio de canais de comunicação e indicadores específicos, com o objetivo de gerar impacto positivo nas comunidades do entorno, por meio de ações conjuntas e investimentos diretos e indiretos. Nas ações de Diversidade e inclusão destacamos a distribuição do Colar do Girassol - símbolo de apoio a pessoas com deficiências não visíveis. No pilar de governança, o Parque Bondinho vem evoluindo de forma consistente ao longo dos anos e atualmente conta com rotinas estruturadas de compliance, incluindo canal de denúncias independente, auditorias internas, auditoria externa independente, emissão de relatório de sustentabilidade, avaliação dos riscos estratégicos e a atuação de diversos comitês de assessoramento, tais como ética, auditoria, segurança e privacidade de dados e sustentabilidade, entre outros. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2025:** Em 2025, o Parque Bondinho recebeu aproximadamente 2,1 milhões de visitantes. A receita líquida consolidada total foi de R\$ 325 milhões, sendo que a receita de bilheteria representou 89% da receita total no período. A estrutura de custos do Grupo Iter está totalmente associada à operação dos parques, com destaque para despesas com pessoal, prestadores de serviços operacionais e marketing. No resultado financeiro, observa-se um saldo negativo de juros sobre empréstimos no montante de R\$ 51 milhões, decorrente das captações realizadas com o objetivo de suportar o pipeline de investimentos da Companhia, alinhado à sua estratégia de crescimento e expansão de longo prazo. **Demaís eventos ocorridos em 2025: (a) Reforma Tributária:** A Reforma Tributária sobre o consumo prevê a substituição de PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS) e da redução do campo de incidência do IPI. A implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2027, com transição completa até 2033, não havendo impactos nas demonstrações financeiras de 2024 e 2025. Em 2025, a Companhia iniciou análise técnica dos impactos potenciais dos novos tributos sobre suas operações, contando com consultoria especializada para avaliação dos efeitos fiscais, contábeis e operacionais e para apoiar o planejamento tributário diante do novo ambiente regulatório. Paralelamente, estão em andamento adequações no sistema ERP, com suporte de consultoria especializada, visando assegurar conformidade nos processos de emissão e recebimento de documentos fiscais a partir de 2026. **(b) Atualizações sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** O PERSE, instituído pela Lei nº 14.148/2021 para mitigar os impactos da pandemia no setor de eventos, concedeu alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS às empresas habilitadas. Em 2024, o programa foi alterado pela Lei nº 14.859/2024, que instituiu limite global de gastos e mecanismos adicionais de controle, resultando na posterior descontinuidade dos benefícios. A Companhia e sua controlada usufruíram do benefício até dezembro de 2024. Em 2025, a alíquota zero de IRPJ e CSLL deixou de ser aplicável à Companhia a partir de janeiro, mantendo-se para a controlada apenas até março; já os benefícios de PIS e COFINS permaneceram para ambas até março, sendo extintos a partir de abril, com impacto no resultado do exercício pela retomada da tributação integral. Para resguardar seus direitos, a Companhia e a controlada Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda. (PATUR) adotaram medidas judiciais relacionadas ao encerramento do PERSE. No mandato de segurança da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar (Processo nº 5035567-61.2025.4.02.5101), houve concessão de liminar e posterior sentença parcialmente favorável, reconhecendo a aplicação do princípio da anterioridade tributária, com manutenção da alíquota zero de PIS, COFINS e CSLL até junho de 2025 e de IRPJ até janeiro de 2026, além do direito à compensação administrativa de valores recolhidos indevidamente após o trânsito em julgado; a decisão está sob recurso da Fazenda Nacional. Já no mandato de segurança da PATUR (Processo nº 5035568-46.2025.4.02.5101), a liminar foi indeferida e o processo segue em andamento, aguardando sentença. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026. A Diretoria.

Balanco patrimonial Exercicios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	147.735	180.749	202.795	204.796
Contas a receber	7	24.261	18.857	28.503	21.445
Estoques		1.687	1.389	1.687	1.389
Despesas Antecipadas		691	399	691	400
Tributos a recuperar	8	675	3.563	930	3.716
Adiantamento a fornecedores	9	251	2.510	251	2.510
Instrumentos financeiros derivativos	16	872	5.445	872	5.445
Partes Relacionadas	19	3	5.439	3	5.434
Outros ativos circulantes		5	53	5	53
		176.180	218.404	235.738	245.188
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos Diferidos	10	505	1.010	505	1.010
Tributos a recuperar	8	564	3.053	702	3.752
Depósitos judiciais	20	1.801	1.626	1.972	1.797
Aplicações financeiras		-	135	-	2.230
		2.870	5.824	3.179	8.789
Investimentos	4	55.812	27.999	-	-
Ativo de Direito de Uso	11	526	707	526	707
Intangível	12	1.386	907	1.386	907
Imobilizado	13	127.642	121.115	127.745	121.346
Comodato		36	36	36	36
		185.402	150.764	129.694	122.996
		188.272	156.588	132.873	131.785
		364.453	374.993	368.610	376.973
Total do ativo					
		364.453	374.993	368.610	376.973
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	14	4.807	4.603	4.831	4.608
Salários e encargos a pagar		6.446	4.579	6.884	5.002
Tributos a recolher	15	13.084	2.209	15.125	2.465
Empréstimos e Financiamentos	16	16.082	20.635	16.082	20.635
Nota Comercial	17	12.523	6.267	12.523	6.267
Passivo de arrendamento	11	569	733	569	733
Dividendos a pagar	21	9.138	-	9.138	-
Receita Diferida	18	4.520	1.759	5.911	2.208
Partes Relacionadas	19	4.094	35.901	4.102	35.906
Outros passivos circulantes		2.718	1.250	2.893	2.001
		73.980	77.936	78.056	79.825
Não Circulante					
Tributos em discussão judicial		695	695	737	737
Empréstimos e Financiamentos	16	49.054	51.146	49.054	51.146
Nota Comercial	17	30.894	43.252	30.894	43.252
Provisão para contingências	20	781	1.604	821	1.654
Comodato-Passivo		36	36	36	36
Partes Relacionadas	19	69.993	70.000	69.993	70.000
		151.454	166.733	151.536	166.825
		225.434	244.670	229.592	246.650
Total do passivo					
		225.434	244.670	229.592	246.650
Patrimônio líquido					
Capital social	21	69.073	69.073	69.073	69.073
Reserva legal		13.815	13.815	13.815	13.815
Reserva de Retenção de Lucros		54.820	43.339	54.820	43.339
Reserva de contingência		1.311	1.311	1.311	1.311
Outros Resultados Abrangentes		-	2.785	-	2.785
		139.019	130.323	139.019	130.323
Total do patrimônio líquido					
		139.019	130.323	139.019	130.323
Total do passivo e do patrimônio líquido					
		364.453	374.993	368.610	376.973

As notas explicativas da administração

são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	22	292.660	224.579	324.625	251.158
Custo dos serviços prestados	23	(51.910)	(43.863)	(52.690)	(46.109)
Lucro bruto		240.750	180.716	271.936	205.049
Despesas com vendas	24	(11.527)	(7.691)	(11.535)	(7.691)
Despesas gerais e administrativas	25	(63.177)	(53.732)	(67.501)	(55.879)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		232	(347)	234	(113)
Resultado de equivalência patrimonial	4	27.812	24.119	-	-
Lucro operacional		194.091	143.065	193.133	141.366
Receitas financeiras		35.337	19.147	40.827	21.825
Despesas financeiras		(51.210)	(23.724)	(51.252)	(23.777)
Resultado financeiro	26	(15.874)	(4.577)	(10.425)	(1.952)
Lucro antes dos impostos		178.217	138.488	182.708	139.414
Imposto de renda e contribuição social	27	(44.647)	(816)	(49.138)	(1.732)
Lucro líquido do exercício		133.570	137.672	133.570	137.682

As notas explicativas da administração

são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		133.570	137.673	133.570	137.673
Outros resultados abrangentes		(2.785)	(76)	(2.785)	(76)
Resultado abrangente total		130.785	137.597	130.785	137.597

As notas explicativas da administração

são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1 Contexto operacional: A Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar (a "Companhia" ou "CCAPA"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Pasteur, nº 520, Urca, Rio de Janeiro, Brasil foi construída em janeiro de 1911. A Companhia é controladora da Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda. ("PATUR"), sua subsidiária integral. A Companhia e sua controlada, em conjunto denominadas "Grupo", têm por objeto social a exploração comercial de parques turísticos, sendo responsáveis pela operação do Parque Bondinho Pão de Açúcar. O Grupo também atua prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia, por meio da PATUR. A Companhia é controlada integralmente pela Iter Participações S.A. ("ITER"), sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2026. **1.2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na condução da gestão da Companhia. As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 31. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que são mensurados ao valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que demandam maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **1.3 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 1.1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 30. **1.4 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025:** (a) **Reforma Tributária:** A Reforma Tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabeleceu a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), instituiu o Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI. Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro 2025. No exercício de 2025, a Companhia identificou a necessidade de conduzir uma análise técnica voltada à mensuração dos impactos que os novos tributos - Imposto Seletivo (IS), Contribuição sobre Bens e Ser-

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais								
	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Dividendos a distribuir	Reserva de Retenção lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2023	69.073	13.815	1.311	34.140	101.544	2.861	-	222.744
Destinação de dividendos 2023	-	-	-	(34.140)	(101.544)	-	-	(135.684)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(94.333)	-	-	(94.333)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	137.673	137.673
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(76)	-	(76)
Retenção de lucros	-	-	-	-	137.673	-	(137.673)	-
Saldos em 31/12/2024	69.073	13.815	1.311	-	43.340	2.785	-	130.324
Distribuição de dividendos 2024	-	-	-	-	(43.340)	-	-	(43.340)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(2.785)	-	(2.785)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	133.570	133.570
Dividendos e JCP distribuídos	-	-	-	-	-	-	(78.750)	(78.750)
Retenção de lucros	-	-	-	-	54.820	-	(54.820)	-
Saldos em 31/12/2025	69.073	13.815	1.311	-	54.820	-	-	139.019

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	133.570	137.673	133.570	137.673
Lucro líquido do exercício ajustes por:				
Depreciação e amortização	7.004	6.210	7.021	6.345
Equivalência Patrimonial em Controlada	(27.812)	(24.119)	-	-
(Ganhos)/perdas com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	5.662	(1.489)	5.662	(1.489)
Arrendamentos	546	461	546	461
Imposto Diferido	-	816	-	816
Baixa de ativos imobilizado/intangível	652	1.101	652	1.101
Provisão para contingências	494	404	505	444
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	422	(413)	688	(1.932)
Varição cambial empréstimo	1.724	1.547	1.724	1.547
Amortizações custo de transação de Nota Comercial	142	(2.947)	142	(2.947)
Juros sobre Nota Comercial	7.655	-	7.655	-
Juros sobre empréstimos	15.008	11.718	15.008	11.718
Juros sobre debêntures	11.052	4.885	11.052	4.885
	156.119	135.847	184.224	158.622

(Aumento)/Redução em Contas a receber	(5.404)	(4.415)	(7.057)	(4.027)
(Aumento)/Redução em Estoque	(298)	(97)	(298)	(95)
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar	5.378	(1.209)	5.836	(1.139)
(Aumento)/Redução em Adiantamento a fornecedores	2.259	577	2.259	577
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	(292)	(80)	(292)	(79)
(Aumento)/Redução em Outros ativos circulantes	48	(9)	48	(2)
(Aumento)/Redução em Depósitos judiciais	(176)	(275)	(176)	(390)
(Aumento)/Redução em Partes Relacionadas	(26.377)	28.325	(26.379)	28.335
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras a longo prazo	135	(6)	2.230	1.121
Aumento/(Redução) em Dividendos e participações	9.138	(1)	9.138	(1)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	204	235	222	(1)
Aumento/(Redução) em Salários e encargos a pagar	1.867	167	1.882	157
Aumento/(Redução) em Tributos a recolher	10.875	(685)	12.660	(1.089)
Aumento/(Redução) em Outros passivos	1.468	(196)	892	63
Aumento/(Redução) em Receita Diferida	2.761	541	3.702	840
Aumento/(Redução) em Contingência	(822)	1	(832)	2
Aumento/(Redução) com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	1.788	-	1.788	-
Caixa líquido gerado das atividades				

Bondinho Pão de Açúcar

	Controladora			
	2025		2024	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Fornecedores	4.807	-	-	4.807
Empréstimos e Financiamentos	-	16.082	49.054	65.136
Nota Comercial	-	12.523	30.894	43.417
	4.807	28.604	79.948	113.360
	2024		2024	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Fornecedores	4.603	-	-	4.603
Empréstimos e Financiamentos	-	20.635	51.146	71.781
Debêntures/Nota Comercial	-	6.267	43.252	49.519
	4.603	26.902	94.398	125.903
	Consolidado		2025	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Fornecedores	4.831	-	-	4.831
Empréstimos e Financiamentos	-	16.082	49.054	65.136
Nota Comercial	-	12.523	30.894	43.417
	4.831	28.604	79.948	113.383
	2024		2024	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Fornecedores	4.608	-	-	4.608
Empréstimos e Financiamentos	-	20.635	51.146	71.781
Debêntures	-	6.267	43.252	49.519
	4.608	26.902	94.398	125.908

3.2 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: . Nível 1–preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. . Nível 2–informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). . Nível 3–informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro.

	Controladora			
	2025		2024	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa		147.735		147.735
Aplicações financeiras		-		-
Instrumentos financeiros derivativos		872		872
Contas a receber		24.261		24.261
Empréstimos com Partes Relacionadas		3		3
Total Ativo		172.871		172.871
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos		65.136		65.136
Fornecedores		4.807		4.807
Nota Comercial		43.417		43.417
Empréstimos com Partes Relacionadas		74.087		74.087
Total Passivo		187.447		187.447
	Consolidado		2024	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total

	Controladora			
	2025		2024	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa		147.735		147.735
Aplicações financeiras		-		-
Instrumentos financeiros derivativos		872		872
Contas a receber		24.261		24.261
Empréstimos com Partes Relacionadas		3		3
Total Ativo		172.871		172.871
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos		65.136		65.136
Fornecedores		4.807		4.807
Nota Comercial		43.417		43.417
Empréstimos com Partes Relacionadas		74.087		74.087
Total Passivo		187.447		187.447
	Consolidado		2024	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total

	Controladora			
	2025		2024	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa		202.795		202.795
Aplicações financeiras		-		-
Instrumentos financeiros derivativos		872		872
Contas a receber		28.503		28.503
Empréstimos com Partes Relacionadas		3		3
Total Ativo		232.172		232.172
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos		65.136		65.136
Fornecedores		4.831		4.831
Nota Comercial		43.417		43.417
Empréstimos com Partes Relacionadas		74.095		74.095
Total do Passivo		187.478		187.478

4 Investimentos: (a) Movimentação dos investimentos: A Companhia possui 100% de participação societária na controlada PATUR. No ano de 2025 não houve o pagamento de dividendos referentes ao ano de 2024.

	Controladora			
	2025		2024	
Em 1º de janeiro	27.999	-	43.461	(39.581)
Dividendos recebidos da controlada	-	-	-	24.119
Resultado da Equivalência Patrimonial	27.812	-	24.119	-
Em 31 de dezembro	55.812	-	27.999	-

(b) Participação societária nos investimentos Controlada–PATUR

	2025	2024
CCAPA	100%	100%

(c) Resumo das informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada. **(i) Balanço patrimonial sintético**

	PATUR	
	2025	2024
Circulante	60.025	27.488
Ativo	(4.405)	(1.894)
Passivo	55.620	25.594
Ativo circulante líquido	274	2.497
Não circulante	(82)	(92)
Ativo não circulante líquido	192	2.405
Patrimônio líquido	55.812	27.999

(ii) Demonstração do resultado sintética

	PATUR	
	2025	2024
Receita operacional líquida	31.956	26.439
Lucro antes dos impostos	32.303	25.035
Imposto de renda e contribuição social	(4.491)	(916)
Lucro Líquido do Exercício	27.812	24.119

(iii) Demonstração dos fluxos de caixa sintética

	PATUR	
	2025	2024
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	31.290	25.078
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	31.290	25.078
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.046	39.458
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	55.059	24.046

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024

Ativos financeiros

Ativos ao custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber de clientes

Outros créditos

Aplicações financeiras

Total ao custo amortizado

Ativos ao valor justo

Derivativos

Total ao valor justo

Total geral dos Ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024

Passivos financeiros

Passivos ao custo amortizado

Fornecedores

Outras contas a pagar

Empréstimos

Nota Comercial

Partes Relacionadas

Passivos de arrendamento

Total ao custo amortizado

Total geral dos Passivos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024

6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo risco e com liquidez diária, todas no segmento de renda fixa, em bancos classificados com rating A de grau de investimento, e remuneradas a taxas de mercado (101,7% CDI).

7 Contas a receber

Clientes

Administradoras de cartão de crédito

Perdas Estimadas

O saldo de contas a receber de clientes segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024

A vencer

Vencidos: Até 30 dias

Entre 31 e 60 dias

Entre 61 e 180 dias

Acima de 181 dias

Total (desconsiderando perdas estimadas)

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar

CNPJ: 33.229.410/0001-68

8 Tributos a recuperar

IRPJ a compensar
CSLL a compensar
Impostos S/ receita antecipada patrocínio
Contribuições sociais retidas na fonte
Imposto de renda retido na fonte
Imposto de renda retido s/ JCP
Imposto de renda s/aplicação financeira
INSS a compensar

Circulante

Não circulante

A Companhia adota como prática regular a revisão dos impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação tributária vigente. Essa prática busca assegurar que os pagamentos sejam efetuados corretamente, evitando tanto eventuais inconsistências quanto recolhimentos desnecessários, promovendo assim uma gestão tributária eficiente e alinhada aos interesses do negócio. Em 2025, com o término do PERSE, a Companhia passou a utilizar saldos de impostos a recuperar decorrentes do pagamento regular de tributos.

9 Adiantamento a Fornecedores

Adiantamento Fornecedor Tirolesa (i)

Adiantamento Fornecedor Outros

(i) Em 2025, a Companhia reclassificou os valores registrados como adiantamentos relacionados ao Projeto Tirolesa para o grupo de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado, de forma a refletir de maneira mais adequada a natureza e alinhar a classificação contábil às características do projeto.

10 Tributos Diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos–Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	505	1.010	505	1.010
	505	1.010	505	1.010

A Companhia controla o seu imposto fiscal diferido, oriundo de diferenças temporárias tributáveis, em consonância com o CPC 32. A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social está apresentada na nota 28. A Companhia não possui

13 Imobilizado: a) Controladora

	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Veículos	Equipamentos de Informática	Teleférico	Benfeitorias	Edificações	Terrenos	Imobilizações em andamento	Adto. Fornecedores Imob em andamento	Escultura	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2024	1.078	24.417	3.401	32	1.892	1.258	35.567	1.318	5	44.501	-	110	113.580
Adições	117	560	-	634	675	256	44	-	-	11.167	-	14	13.472
Baixas	(9)	-	-	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(269)	-	-	(269)
Depreciações	(185)	(2.661)	(585)	(32)	(760)	(157)	(1.217)	(30)	-	-	-	-	(5.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.001	22.316	2.816	608	1.807	1.357	34.394	1.288	5	55.399	-	124	121.116
Custo do imobilizado	3.795	51.306	10.568	846	7.220	12.957	57.494	2.123	5	55.400	-	124	201.838
Depreciação acumulada	(2.794)	(28.991)	(7.752)	(238)	(5.413)	(11.600)	(23.101)	(835)	-	-	-	-	(80.724)
Valor contábil	1.001	22.315	2.816	608	1.807	1.358	34.393	1.288	5	55.400	-	124	121.115
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.001	22.315	2.816	608	1.807	1.358	34.393	1.288	5	55.400	-	124	121.115
Adições	611	619	68	-	556	160	14	-	-	10.800	1.744	9	14.582
Baixas	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	(646)	-	-	(652)
Transferências	(44)	114	5.553	-	(31)	-	2.275	-	-	(9.212)	-	(5)	(1.349)
Depreciações	(200)	(2.628)	(985)	(66)	(648)	(189)	(1.306)	(30)	-	-	-	-	(5.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.362	20.420	7.452	542	1.684	1.329	35.376	1.258	5	56.341	1.744	129	127.642
Custo do imobilizado	4.357	52.039	16.190	846	7.745	13.117	59.783	2.123	5	56.341	1.744	129	214.418
Depreciação acumulada	(2.994)	(31.619)	(8.737)	(304)	(6.061)	(11.789)	(24.407)	(865)	-	-	-	-	(86.776)
Valor contábil	1.362	20.420	7.453	542	1.684	1.329	35.376	1.258	5	56.341	1.744	129	127.642

b) Consolidado:

	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Veículos	Equipamentos de Informática	Teleférico	Benfeitorias	Edificações	Terrenos	Imobilizações em andamento	Adt Fornecedores Imob em andamento	Es-cultura	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2024	1.175	24.571	3.401	32	1.892	1.258	35.680	1.318	5	44.501	-	110	113.945
Adições	117	560	-	634	675	256	44	-	-	11.167	-	14	13.472
Baixas	(9)	-	-	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(269)	-	-	(269)
Depreciações	(204)	(2.736)	(585)	(32)	(760)	(157)	(1.258)	(30)	-	-	-	-	(5.762)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.079	22.395	2.816	608	1.807	1.357	34.466	1.288	5	55.399	-	124	121.346
Custo do imobilizado	4.689	53.097	10.568	846	7.220	12.957	57.907	2.123	5	55.400	-	124	204.936
Depreciação acumulada	(3.609)	(30.702)	(7.752)	(238)	(5.413)	(11.600)	(23.441)	(835)	-	-	-	-	(83.590)
Valor contábil	1.080	22.395	2.816	608	1.807	1.357	34.466	1.288	5	55.400	-	124	121.346

Bondinho Pão de Açúcar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	5.548	4.052	5.548	4.052
	50.072	50.543	50.119	50.620
Trabalhistas	55.620	54.595	55.667	54.672
Cíveis (i)				

Estes valores não estão provisionados na contabilidade do Grupo em consonância com as normas contábeis vigentes. (i) Valor atribuído a causa na Ação Civil Pública nº 5062735-09.2023.4.02.5101 referente aos pedidos formulados pelo Ministério Público Federal, autor do processo. A classificação como perda possível ocorre em razão da natureza dos pedidos formulados pelo MPF e considerando o atual estágio do processo, que se encontra em fase de alegações finais e aguarda sentença. **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são decorrentes de interposição de recursos, realizados em juízo pelo Grupo, conforme demonstração abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	1.801	1.626	1.972	1.797
	1.801	1.626	1.972	1.797

21 Patrimônio Líquido: (a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 69.073 representado por ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social e o quadro acionário da Companhia estavam representados conforme abaixo:

	Controladora	
	2025	2024
	69.073	69.073
Em milhares de Reais		
Capital Social		
Em quantidade ações		
Ações ordinárias	53.200	39.900
Ações preferências	-	13.300
Total ações	53.200	53.200

	2025	
	Capital	Ações
	Integralizado	nominativas
	Participa- ção %	
Acionistas		
ITER Participações S. A	69.073	53.200
	69.073	53.200

(b) Reserva Legal: Trata-se de reserva estatutária composta da retenção de 5% do lucro líquido do exercício, com valor máximo estabelecido de 20% do capital social. Em 2024 e 2025, não houve a constituição da reserva, uma vez que o limite estabelecido foi atingido no exercício de 2023. **(c) Reserva de Contingência:** Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de absorver os impactos financeiros negativos decorrentes de processos judiciais em que a Companhia figure como ré. **(d) Dividendos:** Estatutariamente, a Companhia deve destinar como dividendos mínimos 25% do lucro líquido, ainda que seja na forma de juros sobre capital próprio. Estes dividendos mínimos são transferidos para o passivo. Adicionalmente, é possível destinar resultado superior aos 25%, que permanecem registrados no patrimônio líquido até que sejam aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

	2025	2024
Lucro do exercício	133.570	137.673
Reserva Legal (i)	5%	-
Lucro Líquido ajustado	133.570	137.673
Antecipação de Dividendos (ii)	52.000	94.333
JCP calculados a título de dividendos (iii)	26.750	26.750
Dividendos adicionais propostos	54.820	-

(i) Reserva legal não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido de 20% do capital social, o valor limite de constituição é de R\$ 6.481; em 2025 a reserva legal já havia atingido o limite máximo e por isso não foi constituída reserva legal no exercício. (ii) A Companhia efetuou, nos meses de setembro e outubro de 2025, antecipação de dividendos no montante de R\$ 52.000. Dessa forma, os dividendos mínimos obrigatórios já foram pagos ao longo de 2025. (iii) A Companhia deliberou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 26.750. Adicionalmente, em 2025, a Companhia distribuiu o montante de R\$ 43.340, referente ao saldo remanescente do exercício de 2024. **(e)Reserva de retenção de lucros:** Nessa reserva, são registrados os valores remanescentes dos lucros do exercício não destinados a outras reservas e que serão destinados em exercício futuros conforme decisão da administração. **22 Receita operacional líquida:** A reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações do resultado é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	316.687	236.496	349.951	263.206
Receita Operacional Bruta				
Receita com prestação de serviço				
Deduções				
Imposto sobre Prestações de Serviços	(24.027)	(11.918)	(25.325)	(12.048)
Receita operacional líquida	292.660	224.578	324.625	251.158
23 Custo dos serviços prestados:				
O aumento dos custos de serviços prestados de 2024 para 2025 está relacionado com o incremento e os gastos de utilidades e serviços, em virtude principalmente do aumento da visitação ao parque.				

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	19.664	17.168	20.050	19.040
	21.622	16.104	21.622	16.198
Custos com pessoal	2.731	3.879	2.743	3.887
Custos de serviços prestados	5.939	4.721	6.321	4.993
Custos de depreciação e amortização	1.953	1.991	1.953	1.991
Custos gerais e administrativos	51.910	43.863	52.690	46.109
Custos com impostos e taxas				

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	10.754	6.974	10.761	6.974
	773	718	773	718
24 Despesas com vendas	11.527	7.692	11.535	7.692
Despesas com propaganda e marketing				
Outras despesas com vendas				

No exercício de 2025, houve aumento dessas despesas em função da intensificação das campanhas de marketing voltadas à promoção do parque e busca de maior volume de vendas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	40.619	34.588	41.427	35.287
	16.377	13.576	16.662	13.866
Despesas com pessoal	800	624	1.064	753
Despesas de serviços prestados	4.287	2.382	4.403	2.509
Despesas com perdas de clientes	2.938	1.453	3.140	2.326
Despesas de depreciação e amortização	786	1.110	806	1.138
Outras despesas gerais e administrativas				
Despesas com impostos, multas e taxas				
Reembolso Taxa Administrativa	(2.630)	-	-	-
	63.177	53.733	67.501	55.879

A taxa administrativa refere-se ao repasse de despesas administrativas incorridas pela CCAPA à PATUR, conforme premissas e critérios estabelecidos em contrato, abrangendo custos relacionados à estrutura administrativa compartilhada. Embora já existente em exercícios anteriores (R\$ 631 em 2024), no ano 2025, houve aumento no montante dessa taxa em relação ao exercício anterior, em decorrência do maior volume de despesas alocadas à CCAPA, principalmente aquelas recebidas da ITER por meio de rateio, o que impactou diretamente a base de cálculo utilizada para o repasse à PATUR, razão pela qual o valor passou a ser apresentado de forma destacada.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	380	263	446	268
	8.571	43	8.573	43
26 Receitas e despesas financeiras	20	58	20	58
Receitas Financeiras	3.730	-	3.730	-
Juros recebidos	22.635	18.783	28.058	21.457
Variação cambial	35.337	19.147	40.827	21.826
Descontos Recebidos				
Receita com Proteção Financeira				
Rendimentos de aplicação financeira				

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	212	94	212	94
	1.295	719	1.295	719
Despesas Financeiras	232	92	242	102
Pis sobre receita financeira	42	48	42	56
Cofins sobre receita financeira	117	48	126	65
Tarifa bancárias				
Juros fornecedores				
Juros sobre pagamento de impostos	29.747	19.425	29.747	19.425
Juros sobre debêntures/Nota Comercial e empréstimos	96	52	96	52
Juros sobre arrendamento	142	2.947	142	2.947
Amortização custo de transação de debêntures	9.659	(59)	9.661	(59)
Despesa variação cambial	9.392	-	9.392	-
Despesa com Proteção Financeira	192	166	192	166
IRRF sobre empréstimos	85	194	105	212
Descontos concedidos	51.210	23.726	51.252	23.779
	(15.874)	(4.577)	(10.425)	(1.952)

Resultado Financeiro

27 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	178.217	138.489	182.708	139.413
	178.217	138.489	182.708	139.413
Lucro antes do IRPJ e CSLL	17.541	7.330	17.541	7.330
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(30.925)	(2.084)	(30.925)	(2.084)
Despesas não dedutíveis	(27.812)	(24.119)	-	-
Exclusões à base de cálculo	26.750	-	26.750	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	163.771	119.616	196.074	144.659
JCP calculados a título de dividendos	(32.175)	-	(35.471)	(667)
Lucro Tributável	(11.968)	-	(13.163)	(249)
Impostos Diferidos	(504)	(816)	(504)	(816)
Total dos impostos sobre o lucro	(44.647)	(816)	(49.138)	(1.732)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	25,05%	0,59%	26,89%	1,24%

De acordo com o benefício do PERSE, instituído pela Lei nº 14.148/2021, a partir de março de 2022 o Grupo passou a apurar os tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com alíquota zero, em razão de todas as suas receitas operacionais estarem enquadradas no CNAE 93.21-2-00 – Parques de diversão e parques temáticos, atividade abrangida pelo referido regime. No exercício de 2025, por força de ato da Secretaria da Receita Federal, o Grupo voltou a apurar e recolher os referidos tributos conforme a legislação tributária vigente, aplicando-se as alíquotas regulares (vide nota 1.4.(b) supra). **28 Sal-dos e transações com partes relacionadas:** A CCAPA possui um contrato com a PATUR para cobrança de despesas administrativas. O valor de receita da CCAPA foi de R\$ 2.630 (R\$ 347 em 2024). No ativo, consta o valor de R\$ 3, referente a notas de débito emitidas pela CCAPA às demais empresas do grupo, relacionadas ao compartilhamento de gastos com empresas de administração comum. Adicionalmente, a Companhia mantém transações com partes relacionadas, incluindo a ITER, referentes ao rateio de despesas anuais, conforme previsto em contrato firmado entre as partes. No exercício de 2025, foi reconhecido o montante de R\$ 3.927, o qual será liquidado em 2026. Além do rateio, a Companhia possui debêntures com partes relacionadas, com saldo de passivo no valor de R\$ 69.993. No exercício, foram reconhecidas despesas financeiras no montante de R\$ 11.040, as quais foram integralmente liquidadas em 2025. **29 Seguros:** Em 31 de dezembro de 2025, a apólice de seguros contra Riscos Operacionais possuía uma cobertura de R\$ 207,7 milhões, incluindo danos materiais, alagamentos e inundações, tremor de terra, maremoto e terremoto, além de lucros cessantes. Para Riscos Ambientais cobertura de R\$ 37,5 milhões. Para riscos de Responsabilidade Civil de Obras a cobertura contratada possuía limite máximo de garantia de R\$ 60 milhões. Para riscos de Responsabilidade Civil de Engenharia a cobertura contratada possuía limite máximo de garantia de R\$ 98,1 milhões. Os seguros contratados incluem a CZRIO, DESTINOW, ITER e sua controladora PATUR como cosseguradora, com exceção das apólices de Responsabilidade Civil de Obras e de Engenharia.

Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar

CNPJ: 33.229.410/0001-68

30 Eventos Subsequentes: (a) Renovação da Licença de Obras do Morro do Pão de Açúcar, emitida pela Secretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico (SUBCLU): Na data de 13 de janeiro de 2026, a Companhia obteve a renovação da Licença de Obras do Morro do Pão de Açúcar, emitida pela Secretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico (SUBCLU). **(b) Prorrogação da Autorização para implantação das obras da Tirolesa nos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, emitida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ("IPHAN"):** Na data de 12 de fevereiro de 2026, a CCAPA obteve junto ao IPHAN a prorrogação da autorização para implantação das obras da Tirolesa nos Morros da Urca e do Pão de Açúcar e, portanto, estando autorizada a retomar as obras do projeto Tirolesa. Esse evento não altera as condições patrimoniais ou financeiras da Companhia existentes na data de 31 de dezembro de 2025, mas representa um fato relevante ao confirmar a integridade e a viabilidade do projeto. A administração entende que a divulgação deste evento subsequente contribui para melhor compreensão da situação da Companhia, em conformidade com as melhores práticas contábeis aplicáveis. **31 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **31.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **31.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificadas como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **31.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **31.4 Ativos financeiros: 31.4.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: . Mensurados ao valor justo por meio do resultado. . Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: . Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **31.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **31.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: . Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. . Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. . Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **31.4.4 Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **31.4.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **31.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. **31.6 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **31.7 Arrendamentos:** A Companhia aluga câmeras para monitoramento e gestão de segurança patrimonial através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber) . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Companhia utilizou a taxa incremental. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e . quaisquer custos diretos iniciais. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **(i) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **31.8 Ativos intangíveis: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada. As marcas não são amortizadas. **(b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos

durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **31.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas e equipamentos	10-20
Veículos	3-5
Móveis e utensílios	5-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. **31.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **31.11 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **31.12 Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **31.13 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **31.14 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **31.15 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita de serviços prestados:** A receita da Companhia é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas demonstrações financeiras ora apresentadas. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro, exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **31.16 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **32 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis—CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024.



Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar

CNPJ: 33.229.410/0001-68

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 22 e 31.15):** A principal fonte de receita do Consolidado advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Companhia e da sua controlada para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos das sua controlada. Verificamos a totalidade das emissões de notas fiscais no exercício. Em base amostral, verificamos os bilhetes emitidos ao longo do exercício e as liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2025 e início de 2026 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados desses procedimentos nos proporcionam evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o reconhecimento dessas receitas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026.